

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Morte de JK foi mesmo um acidente?

JK: a dúvida persiste em um trecho da Via Dutra

Em um intervalo de apenas dez meses, entre agosto de 1976 e maio de 1977, os três principais líderes políticos de oposição à ditadura militar morreram. Juscelino Kubitschek, na Via Dutra, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1976 João Goulart, em sua fazenda no Uruguai, em 6 de dezembro do mesmo ano. E Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro,

em 21 de maio de 1977. Há quem desconfie muito da coincidência da morte dos três em um intervalo tão curto. E quando já se discutia o fim da ditadura. Um ano depois da morte de Lacerda, em 11 de outubro de 1978, o mais duro dos instrumentos da ditadura, o AI-5, estava revogado. E a abertura começava sem os favoritos que poderiam ser eleitos num retorno democrático.

Nilmário

Entre os que desconfiam de que pode não ser coincidência está o assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Por isso, a Comissão de Mortos e Desaparecidos resolveu reabrir o caso sobre JK.

Verdade

"A essa altura, o propósito não é produzir nenhum tipo de responsabilização", explicou Nilmário ao Correio Político. "Mas tentar restabelecer a verdade. Porque o povo brasileiro tem o direito de saber a verdade sobre a sua história, sobre o que aconteceu no país".



Nilmário: "País tem direito à verdade"

Laudo contesta detalhes oficiais do suposto acidente

O principal motivo pelo qual a comissão resolveu reabrir o caso é um laudo do perito em transportes Sergio Ejenberg pedido pelo Ministério Público dentro de uma investigação sobre a eventual responsabilidade do motorista de JK, Geraldo Ribeiro, que morreu também na ocasião. De acordo com o laudo oficial da época, o

Opala onde viajava Juscelino teria ultrapassado um ônibus. Logo depois, esse ônibus teria batido na traseira do automóvel que, desgovernado, atravessou o canteiro que dividia a pista e foi se chocar com um caminhão em sentido contrário. O laudo de Ejenberg afirma que não teria havido a batida do ônibus na traseira.

Família

Segundo Nilmário, ainda esta semana as famílias de JK e de Geraldo Ribeiro serão consultadas sobre a reabertura. Com relação ao ex-presidente, a pessoa consultada deverá ser sua neta, Anna Christina, filha de Márcia Kubitschek, e casada com o empresário Paulo Octávio.

Jango

Se dependesse de Nilmário, também se reabririam as investigações sobre a morte de Goulart. Um ex-agente do serviço secreto uruguaio, Mario Neira Barreto, afirma que os comprimidos que ele usava teriam sido trocados para induzir o infarto que provocou sua morte.

Relatora

A relatora do caso será Maria Cecília Adão, tendo como co-relator Rafaelo Abritta, assessor de Relações Institucionais do Ministério da Defesa. Reiniciada, não há prazo estipulado para as suas conclusões. "O que se deseja é apurar as circunstâncias", diz Nilmário.

Uruguai

No caso de Jango, a dificuldade é que uma reabertura dependeria do consentimento também das autoridades uruguaias, uma vez que ele morreu no exterior. "É um complicador. Mas, com relação a JK, há elementos robustos que justificam uma nova investigação".

Em carta aberta, aliado diz que Lula está isolado

Ao Correio, especialista diz que recado é para o núcleo duro

Por Gabriela Gallo

O advogado criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, enviou uma carta aberta para diversos grupos do governo federal, além de ministros, petistas e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O documento foi publicado neste domingo (16). Kakay é próximo de Lula e compõe o grupo "Prerrogativas" (o "Prer-rô"), formado por juristas, advogados e acadêmicos do ramo do direito com orientação progressista. Na carta, ele comparou a gestão Lula 3 com a dos outros dois mandatos do atual presidente. E, de acordo com o criminalista, o presidente mudou e está isolado.

"O Lula do 3º mandato, por circunstâncias diversas, políticas e principalmente pessoais, é outro. Não faz política. Está isolado. Capturado. Não tem ao seu lado pessoas com capacidade de falar o que ele teria que ouvir", afirmou Kakay.

Nesta segunda-feira (17), o coordenador do Prerrogativas, Marco Aurélio Carvalho, declarou que considerou a carta aberta injusta com os movimentos nos últimos dias do presidente Lula. Em resposta, em entrevista à Globonews, Kakay destacou que se manifestou por "medo de ver a extrema direita crescer no Brasil".

Sucessão

A carta foi publicada dois dias após a Pesquisa Datafolha apontar que 41% da população reprovam o governo Lula, enquanto 24% aprovam. É o



Para Kakay, Lula está "encastelado" em seu terceiro mandato

pio índice de aprovação experimentado por Lula em todos os seus três mandatos. Os dados revelam uma considerável queda na popularidade do governo federal – em dezembro de 2024, a pesquisa apontou uma aprovação de 35% contra 34% de desaprovação. Porém, na avaliação de Kakay, a pesquisa mais preocupante para o governo federal foi um levantamento do Instituto Ipec, divulgado neste sábado (15), que apontou que 62% da população acha que Lula não deveria concorrer à reeleição em 2026.

"A pergunta é: quem é seu sucessor natural? Não foi feito um grupo ao redor do presidente, que se identifique com ele e de onde sairia o sucessor político natural, o 'grupo' do Lula a gente sabe quem é. E certamen-

te não vai tirá-lo do isolamento. Ele hoje é um político preso à memória do seu passado. E isolado", reforçou o documento.

Núcleo duro

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão avaliou que a carta está voltada para a primeira-dama, Janja da Silva, e outros ministros, como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo. Ele ainda explicou que, na época em que foi eleito presidente da República pela primeira vez (em 2003), o núcleo duro que compunha o governo era diferente: eles não tinham receios de apontar erros do presidente.

"A época do primeiro mandato, esse grupo era formado

por medalhões do PT. Gente antiga do partido que estava com o Lula no começo, que tinha uma noção realista de quem era o Lula sindicalista, o Lula deputado, o Lula derrotado em três eleições presidenciais seguidas, essas pessoas compunham o núcleo duro do governo. E essas pessoas foram sendo ceifadas pelo Mensalão, pela Lava-Jato. [Isso] fez com que o núcleo duro que foi ascendendo e chegou ao governo com o Lula na posse em 2023, é um núcleo político que conhece um Lula vitorioso. Então, são pessoas que têm mais dados para falar com o Lula do que essa velha guarda do PT", avaliou Jordão. "O político tem que ouvir principalmente os aliados que falam as verdades inconvenientes para ele".

Senado instalará suas comissões nesta quarta-feira

Por Gabriela Gallo

Nesta quarta-feira (19), está previsto para o Senado Federal instalar as comissões permanentes da Casa. A expectativa é que sejam eleitos os presidentes e vice-presidentes de 16 comissões e, com isso, de fato dar início aos trabalhos legislativos. Horas depois, às 16h, acontecerá a primeira sessão em plenário deste ano no Senado. Nesta terça-feira (18), às 14h, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reunirá com os líderes dos partidos, na residência oficial do Senado, para discutir as instalações das comissões e definir quais serão as pautas tratadas em plenário.

Desde que assumiu a presidência do Senado, Alcolumbre destacou que as escolhas dos presidentes e vices das comissões, além da distribuição dos cargos, é feita pelo critério da proporcionalidade, ou seja, será considerado o tamanho de partidos e blocos.

A comissão mais cobiçada, tanto pelo Senado quanto pela Câmara, é a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa todos os projetos da Casa e vota a constitucionalidade deles. Seguindo o que está previsto, quem assumirá o comando da Casa é o senador Otto Alencar (PSD-BA). O PSD é a maior bancada no Senado, com 15 representantes dos 81 senadores.

Eleito presidente da CCJ, o senador declarou anteriormente que dará prioridade às pro-



Alcolumbre irá se reunir com os líderes nesta terça-feira

postas econômicas pendente na Casa. Dentre eles, o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024) e o projeto do governo que isenta o pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil – promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que compõem o pacote de corte de gastos.

Outro parlamentar do PSD envolvido é o senador Nelsinho Trad (MS), que assumirá a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Outra comissão cobiçada é a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que ficará sob o comando do senador Renan Calheiros (MDB-AL). Outro representante do

MDB, senador Marcelo Castro (PI) assumirá a Comissão de Assuntos Sociais.

Oposição

No biênio 2025-2026 será a primeira vez que membros que fazem parte da oposição do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vão assumir. Isso porque a oposição não fez parte da chapa vencedora na gestão anterior de Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na ocasião, o senador Rogério Marinho (PL-RN) candidatou-se contra Pacheco e foi derrotado.

Com a nova chapa eleita para a Casa, o PL deve comandar ao menos três comissões: a Comissão de Segurança Pública, que será presidida pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-

RJ); Comissão de Infraestrutura, comandada pelo senador Marcos Rogério (PL-TO); e a Comissão do Esporte, que ainda não tem um nome definido para presidir-la.

Outra parlamentar da oposição que ganhará mais protagonismo assumindo o comando de uma comissão é a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, senadora Damares Alves (Republicanos-DF). Na mesma linha de sua antiga função durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a senadora assumirá a Comissão de Direitos Humanos. Outro senador do Republicanos que assumirá uma cargo é o senador Dr. Hiran Gonçalves (RR), quem comandará a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Governo

Por outro lado, no campo dos aliados do governo federal, os senadores do PT Tereza Leitão (PE) e Fabiano Carrazo (ES) assumirão, respectivamente, as comissões de Educação e do Meio Ambiente. O senador Flávio Arns (PSB-PR) assumirá a Comissão de Ciência e Tecnologia.

A senadora Professora Dorinha (União Brasil-TO) presidirá a Comissão de Desenvolvimento Regional e o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) Agricultura e Reforma Agrária. Ainda falta definir Comunicação e Direito Digital e Defesa da Democracia.